

TERRITÓRIO EXTREMO SUL DA BA – AVANÇOS E LIMITES PARA UM DESENVOLVIMENTO COM COESÃO SOCIAL

Clarissa Magalhães
UFABC
cla.magalhaes@ig.com.br

Ariane da Silva Favareto
Cebrap
cla.magalhaes@ig.com.br

Heidi Cristina Buzato
UFABC
heidibuzato@yahoo.com.br

Ricardo Camargo Cardoso
UFABC
cla.magalhaes@ig.com.br

Introdução

O Brasil apresenta avanços na garantia de condições de vida digna à população, considerando as capacidades humanas fundamentais (Sen, 2010)¹. Do ponto de vista econômico, há um alto crescimento do PIB entre os anos 1930 e 1970, nesta última década o indicador oscila negativamente evoluindo para estagnação na década de 1980 perpetuando-se nos anos seguintes acompanhada de uma hiper-inflação. Este período é marcado pela alteração das bases nacionais de acumulação que passa de agrário exportador para urbano industrial. Referente ao político e social, a década de 1980 é marcante na aprovação da Constituição de 1988, que estabelece direitos universais, eleições livres e o reconhecimento de organizações sociais portadores de diversos projetos sociopolíticos, fortalecendo o Estado como agente centralizador na garantia de tais direitos. No início do século XXI o crescimento econômico é retomado, acompanhado de políticas públicas que garantem que entre 2000-2010 ocorra redução da desigualdade, especialmente nos níveis de pobreza .

Douglass North (2003), expoente da Nova Economia Institucional², analisa a perpetuação da pobreza e da desigualdade na maioria das nações, em oposição às ricas e menos desiguais como Inglaterra, França, Alemanha e EUA. As primeiras, por ele

¹ São quatro as *capabilities*, ou capacidades humanas fundamentais: a) ter vida longa e saudável; b) ser instruído; c) viver em condições materiais dignas; d) ser capaz de participar. A elas junta-se outra, relativa aos recursos naturais: e) viver sem prejudicar as possibilidades das próximas gerações (Sen, 2010; Favareto, 2011).

² Prêmio Nobel 1993.

denominada “acesso limitado”, são caracterizadas por baixo PIB, momentos de crescimento rápido seguido de quedas abruptas, baixo número de organizações civis, governos menores e centralizados dominados por organizações de elites. As segundas, de “acesso aberto”, apresentam PIB alto, crescimento lento com poucas oscilações, quantidade e diversidade de organizações sociais, além de governos grandes, descentralizados, com papel redistributivo³. Para que uma nação avance à condição de acesso aberto existem pelo menos três *doorstep conditions*: aplicação universal da força da lei, inclusive sobre as elites; múltipla existência de organizações sociais longevas; controle político sobre a violência consolidado de modo impessoal pelo estado. Nesse sentido, o Brasil poderia ser classificado como nação de acesso fechado madura. Porém, apresenta elementos que o “seguram” no acesso limitado, como os exemplos de famílias que tradicionalmente dominam o poder em diferentes estados – denotando o caráter de personalidade arraigado em instituições estruturantes como os Três Poderes –, as coalizões entre as elites que exprimem a luta pelo poder do Estado, bem como os altos níveis de violência existentes no Brasil. Além da permanência de profundas desigualdades.

Esta foi apontada em relatório sobre a dimensão territorial do desenvolvimento (Favareto et al. 2014) que demonstra melhoras em indicadores econômicos, políticos e sociais, contudo, tal êxito não vem acompanhado de maior coesão territorial. Opostamente ocorre o que os pesquisadores destacam como um processo de heterogeneização acompanhado de um aprofundamento das desigualdades espaciais existentes. Consonante a essas afirmações, um estudo capitaneado pelo Rimisp (2012) analisando os processos de desenvolvimento na América Latina, afirma serem condições centrais para o desenvolvimento territorial cinco instâncias fundamentais: estrutura agrária, vínculo com mercados dinâmicos, estrutura produtiva, presença de cidades intermediárias com interdependência do rural e do urbano e coalizões sociais dominantes.

O presente estudo propõe-se a analisar o território Extremo Sul da Bahia⁴ afim de verificar quais são os fatores de bloqueio ou superação da desigualdade que limitam a coesão social rumo a uma sociedade de acesso aberto. A trajetória histórica deste território e os

³ As ordens sociais de acesso limitado são de três tipos: “frágeis”, com baixo grau de diferenciação, predominando relações de cunho pessoal; “básicas”, que comportam alguma liberdade organizativa sob a permissão do estado; “maduras”, com alto grau de diferenciação social, modernas e industrializadas, mas ainda com predominância do patrimonialismo e correlatos, poder personalizado ou pela posição nas estruturas sociais. Na ordem social de acesso aberto prevalecem as trocas impessoais, os direitos universais e existe liberdade para criar organizações. Todas decorrem de processos políticos, econômicos e sociais históricos por mudanças incrementais ou choques externos que provocam transformações profundas e repentinas.

⁴ Composto por: Alcobaça, Caravelas, Ibirapuã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda, Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itabepi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália.

indicadores da última década, apresentados nas primeira e segunda seções, apontam para conquistas nas cinco instâncias apresentadas, com importantes diferenças entre os municípios analisados, sendo um ponto chave de transformação o incentivo às florestas de eucalipto, que impõe nova dinâmica econômica e social. Se por um lado as indústrias de celulose concentram terras, empobrecem a diversidade de plantios e limitam o acesso aos recursos naturais, por outro elas foram responsáveis pela formação de uma elite local – inexistente até então – e pelo fortalecimento de arenas de negociação, objeto da terceira seção deste artigo.

Histórico do território Extremo Sul da Bahia

O Extremo Sul da Bahia se constituiu historicamente à margem do desenvolvimento econômico do estado e esse percurso contribuiu para a configuração de condições propícias à entrada do eucalipto nos anos 1960. A abundância de recursos naturais, a localização como zona de interseção – entre litoral e interior e entre Sudeste e Nordeste –, o retrocesso das tentativas de transbordamento das atividades econômicas de regiões limítrofes e o povoamento tardio constituem algumas características que o marcaram ao longo da história. Para facilitar a análise à luz das cinco dimensões propostas pelo Rimisp⁵, esse histórico foi dividido em cinco fases do descobrimento até a primeira década do século XXI. Nesse resgate é possível verificar que o território experimentou no início do século XX um movimento de concentração de terras pela pecuária, acentuado pela entrada do eucalipto, que sua ocupação e a formação de cidades para além da faixa litorânea se deram a partir da instalação da BR 101 na década de 1970, que sua estrutura produtiva se constituiu sobre a silvicultura e o turismo, que as elites locais demoraram a se desenvolver, ganhando expressividade com a chegada da indústria da celulose a partir de incentivos estatais com grande influência nas dinâmicas territoriais.

A primeira fase histórica se dá entre a chegada dos portugueses na região que hoje é o estado da Bahia até a mudança da sede do governo geral para o Rio de Janeiro em 1763, quando o Extremo Sul tinha como atividades econômicas a extração de madeira nativa para fora e produção local de alimentos, com vilas no litoral e ao longo dos rios e sem elites locais. Estima-se que na Bahia havia em 1500 etnias indígenas que ali circulavam há milhares de anos, predominando os Tupi ou Tupinambá ou Tupiniquim no litoral, os povos Gê (Jê) ou

⁵ Conforme introdução, o Rimisp aponta cinco dimensões territoriais do desenvolvimento: i) estrutura agrária, como capital natural disponível e seu uso; ii) vínculo a mercados dinâmicos, em relação a diversidade de oferta de bens e serviços e trabalho; iii) estrutura produtiva, consistindo diversificação econômica e variedade de empresas; iv) presença de cidades intermediárias como diversidade de funções econômicas, sociais e políticas; e, v) coalizões sociais dominantes, peças chave na condução do desenvolvimento, formadas a partir do jogo de interesses presentes nas dimensões anteriores. Para detalhes cf. BERDEGUÉ e BENITO (2012).

Tamoio ou Tapuia no interior e os povos Kariri ou Kiriri no vale do São Francisco. Exemplos relevantes no território são os Aimoré ou Botocudo, do tronco Jê, e os Pataxó e Tupiniquim, do tronco Tupi (Tavares, 2008). As relações travadas entre portugueses e indígenas estão associadas em grande medida à destruição por escravização, guerras e transmissão de doenças e à política de aldeamentos para catequização e civilização até o século XVIII.

Além da extração do pau-brasil no século XVI havia engenhos de cana-de-açúcar nas Capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro e a Capitania Bahia de Todos os Santos, sede do governo-geral, tinha função central nas rotas entre Portugal e Índia. Porto Seguro e outras vilas na costa funcionavam como entrepostos destas mercadorias e os primeiros registros da chegada de negros escravos datam do governo de Mem de Sá, entre 1558 a 1572 (Tavares, 2008). Nos séculos XVII e XVIII a cana-de-açúcar perde importância e seguem a extração de madeira nativa e a produção de alimentos e cacau, com novos povoamentos no litoral e ao longo dos rios (Pedreira, 2008; Almeida, 2009; Machado, 2000 in Cerqueira Neto, 2010; Amorin e Oliveira, 2007 e 2010). Aqui ocorrem as Entradas em busca de metais preciosos, contribuindo para a ocupação do interior e o início do ciclo do ouro. Na segunda década do século XVIII a Capitania da Bahia, após a decadência da cana perde importância política com a mudança da sede do governo para o Sudeste.

A segunda fase histórica vai desse momento até o final do século XIX quando o território, que acolhia etnias indígenas e famílias de ex-escravos (fugidos ou libertos)⁶, não desenvolvera produção econômica expressiva e ainda não criara condições suficientes para a formação de elites locais, manteve-se relativamente isolado e contando com pouca interferência do estado brasileiro. No final desse período há um recrudescimento da exploração madeireira para abastecimento das ferrovias como Bahia-Minas e nova migração a partir do Espírito Santo (Almeida, 2009).

Na terceira fase, a primeira metade do século XX, o território possui poucas cidades intermediárias e baixa densidade demográfica concentrada no litoral. A abundância de florestas permite a permanência de colonos, ex-escravos, mestiços e brancos pobres e o desenvolvimento da agricultura familiar associada à caça e pesca. Mercados locais têm pouca conectividade com mercados mais dinamizados, as vias de ligação entre vilas e cidades são mar, rio e precárias estradas vicinais (Amorin e Oliveira, 2007 e 2010). A principal atividade econômica é a extração de madeira nativa, porém pecuaristas vindos de Minas e Espírito

⁶ Destaca-se que o século XIX foi marcado pela intensificação do comércio de escravos na Bahia, paradoxalmente provocado pela iminência do fim do tráfico imposto pela Inglaterra (Tavares, 2008).

Santo (Pedreira, 2008) passam a concentrar terras e dão início à formação de elites locais. Quase não há infraestruturas e serviços públicos.

Até meados do século XX há um hiato de informações sobre o território, talvez por seu incipiente desenvolvimento econômico, retornando a partir da década de 1950 quando o Plano de Metas intensifica as políticas de substituição de importações no país e ocorre nova expansão do cacau e da pecuária, a abertura da BR5 interligando ao Espírito Santo e novo fluxo de migrantes (Almeida 2009; Amorin e Oliveira, 2007). A Bahia, até então alijada do processo de industrialização do Sul/Sudeste, inicia a instalação de parque industrial com produtos alimentares, têxteis, fumo e couro (Pedrão, 1996, Spinola, 2004 in Pedreira, 2008). Essa abertura para a industrialização se soma às dinâmicas territoriais criando condições atraentes à indústria de celulose.

A segunda metade do século XX, quarta fase, marca uma inflexão histórica no território. A partir da abertura da BR101, de uma série de políticas – inicialmente com objetivo de redução de desigualdades regionais no país e depois de incentivo à industrialização de regiões-pólo – e da necessidade de expansão da indústria de celulose, o Extremo Sul experimenta mudanças nestas dimensões: maior concentração da estrutura fundiária; desconcentração na estrutura produtiva com a industrialização; aumento da urbanização e desigualdade entre cidades médias e áreas rurais; formação de elites locais com perfil concentrador que, em última instância, prestam contas a acionistas não localizados no território.

Das organizações e políticas públicas de âmbito federal e regional criadas nesse período com consequências territoriais, podem ser citadas: na década de 1950 SUDENE (desconcentração da produção e diminuição de desigualdades regionais) e Plano Estadual de Desenvolvimento da Bahia (infraestrutura para a indústria, ampliação de investimentos e facilidades fiscais); na década de 1960 novo Código Florestal (constrangimento à supressão de mata nativa), Programa de Incentivos Fiscais para Florestamento e Reflorestamento e condicionamento de empréstimos pelo BNDES à produção de 50% matéria-prima; na década de 1970 II Plano Nacional de Desenvolvimento, I Programa Nacional de Papel e Celulose, Programa de Zoneamento Florestal do Estado e o Fundo de Investimentos Setoriais (BNDES, 2002 in Oberling et al; Pedreira, 2008; Cerqueira Neto, 2012; Carvalho, 2012), apoio da Bahia a centros de especialização regional; na década de 1980 acabam os incentivos fiscais, mas seguem incentivos à exportação e industrialização (Almeida, 2009).

A BR 101 facilita a chegada de novos madeireiros e serrarias, pecuaristas e agricultores do Espírito Santo e Minas (CAR, 1994 in Pedreira, 2008). Nos anos 1970 a pecuária era a principal atividade econômica, atuando como elemento de integração, concentração fundiária e dinamização do mercado de terras (CEPLAB, 1976; Koopmas, 1999; SEI, 1998; Miranda, 1992 in Pedreira, 2008). O turismo inicia em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, aliando acervo histórico aos atributos naturais. Há forte adensamento demográfico em Teixeira de Freitas e Eunápolis e outras cidades à beira da BR 101, que concentram os serviços públicos existentes.

Diante desse cenário, as indústrias de celulose encontram no território condições propícias à sua expansão quando as áreas no Sul/Sudeste se esgotam (Oberling et al; Pedreira, 2008). Decorrente disso a concentração de terras se acentua: em 1970 cerca de 72% das propriedades tinha menos de 100ha e em 1990 mais de 80% era maior que 100ha (Almeida 2009).

De acordo com Oberling et al a indústria de celulose, de capital altamente intensivo, tende a formar oligopólios com poucos *players* e no Extremo Sul entre 1990 e 2000 houve fusões e aquisições das empresas e áreas plantadas. A Flonibra compra terras em *joint venture* com Vale do Rio Doce (CVRD) e Japan Brazil Pulp Resources Delopment. Estas áreas são incorporadas pela Cenibra Florestal e depois negociadas pela Bahia Sul Celulose (CVRD e Grupo Suzano), Aracruz e Veracruz Florestal (Gonçalves, 1994 in Pedreira, 2008). No início da década de 1990 fica pronta a primeira unidade industrial em Itabatã, Mucuri, já contando com matéria-prima local.

Kageyama et al atentam para uma contradição que se agrava. O Extremo Sul se torna o território que mais produz celulose na Bahia, segundo estado produtor (Oliveira, 2002 in Kageyama). Porém desemprego e êxodo rural aumentam, com a queda da demanda de mão de obra com relação às culturas de alimentos, fumo, ou cacau. Acentuam-se os conflitos em torno da terra, fortalecendo a emergência de movimentos de luta pela terra, como o MST (1985)⁷.

O século XXI, última fase, dá sequência ao final do século XX. Em 2000 o Grupo Odebrecht (que depois sai do negócio) a sueco-finlandesa Storaenzo e Aracruz formam a Veracel Celulose. Em 2001, o Grupo Suzano adquire a participação da CVRD, alterando a razão social da empresa para Suzano (Pedreira, 2008; Joly, 2007). Em 2009 a Aracruz e o Grupo Votorantim Celulose e Papel se fundem formando Fibria Aracruz. Aí têm início

⁷ Outros movimentos: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia, os Movimentos de Luta pela Terra e de Resistência Camponesa.

algumas arenas de ação ligadas às novas elites, agregando agentes sociais regionais em torno das grandes questões que envolvem as florestas de eucalipto.

A região possui centenas de comunidades quilombolas (em diferentes níveis de reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares)⁸ e alguns povos indígenas que lutam por suas terras, como Krenak ou Borum, em reserva à margem do rio Doce (MG), Pataxó e Tupiniquim em seis Terras Indígenas⁹. Encontra-se alguma produção de alimentos sendo comum a mandioca e as casas de farinha. O território é foco de políticas redistributivas federais, como “Bolsa Família”.

É possível enfatizar fatores fundamentais na ocupação do território: os dois sentidos da colonização, da costa para o interior nos séculos XVI ao XIX e do interior para a costa a partir do início do século XX; a pavimentação da BR101; políticas de incentivo ao reflorestamento, descontração industrial e exportação. Hoje apresenta longas extensões de florestas plantadas, o turismo na faixa litorânea e, em menor medida, a cana-de-açúcar e a pecuária. O Governo Federal se faz presente e as empresas de celulose se consolidam como elites locais, dominando as coalizões com o estado. Organizações que expressam territorialmente questões de âmbito nacional e internacional como os movimentos de luta pela terra e ambientalistas conseguem estruturar representações e ocupar os novos espaços de negociação. Alguns agentes permanecem aliados desses processos, como é o caso dos indígenas e dos quilombolas, tutelados pelo estado¹⁰.

O território hoje

Especialmente na última década, o Brasil vem passando por transformações com impactos marcantes na redução da pobreza e desigualdade, contudo, essas transformações não são regionalmente homogêneas. É o que demonstra o relatório “A dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro recente” desenvolvido em parceria entre o Rimisp, Cebrap e UFABC (Favareto et al, 2014). Nele, os autores apontam avanços ocorridos entre 2000-2010 a partir da análise de uma série de indicadores e destacam aspectos como saneamento e dinamização econômica via atividades produtivas como questões divergentes entre Norte/Nordeste e Sul/Sudeste, bem como de forma inter-regional. Por isso, declaram a

⁸ Entre as 2394 comunidades reconhecidas pela FCP, 1483 estão no Nordeste, 612 na Bahia.

⁹ Respectivamente: Águas Belas, Aldeia Vermelha, Barra Velha, Imbiriba, Coroa Vermelha e Mata Medonha – em Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju e Prado, Bahia; Tupiniquim, Caieiras Velhas II e Comboios, em Aracruz/ES (<http://pib.socioambiental.org> último acesso em 17/10/2014).

¹⁰ Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (1910), Serviço de Proteção ao Índio (1918), Estatuto do Índio (1973), Funai (1967), Constituição Federal (1988) e Fundação Palmares (1988).

necessidade de olhar a dimensão territorial do desenvolvimento. Esta análise é apresentada nesta seção com dados relativos ao território Extremo Sul da Bahia.

Foi utilizada a mesma base de dados das análises do relatório citado, sob orientação das cinco instâncias do desenvolvimento territorial elencadas pelo Rimisp. Variáveis foram agrupadas nas seguintes dimensões: demografia, bem-estar, renda, estrutura produtiva e estrutura agrária.

No geral, os municípios do território apresentam desempenho igual ou superior ao Brasil. É preciso, porém, considerar que os municípios do nordeste apresentam um histórico de baixos índices de desenvolvimento, partindo de um patamar mais baixo em relação ao Sul/Sudeste. A seguir são apresentados dados do Censo Demográfico (IBGE 2000 e 2010), Censo Agropecuário (2006), IPEA, ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Emprego, em escala municipal, para a variação entre 2000-2010.

Demografia

A população do país, em 2010, era de 190.755.799, sendo 27,82% no Nordeste. O Extremo Sul da Bahia tinha 760.206 habitantes ou 5,39% do estado. Municípios mais populosos são Teixeira de Freitas, Porto Seguro e Eunápolis. Os com menor população são Lajedão e Vereda.

Entre 2000-2010 houve variação positiva da população brasileira em 12,34% e o Nordeste cresceu 11,19%. Dentre os municípios do território, Eunápolis, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro e Teixeira de Freitas variaram mais que o país. Regionalmente, além dos citados, Ibirapuã apresenta variação maior que o Nordeste.

Com relação à origem étnica, em referência à população negra e índia, a variação entre o período analisado para o país é de 13,86%, bem acima do Nordeste (5,27%) e da Bahia (4,19%). Dentre os municípios do território, a maior variação foi em Santa Cruz Cabralia, com 10,9%, superior ao estado e à região, contudo, mais próximo ao percentual nacional. As menores variações foram de Nova Viçosa (0,1%) e Eunápolis (0,6%). A presença dessa população no território é alta, em alguns municípios este percentual, em 2010, chegava a mais de 85%, como em Prado e Belmonte. O menor percentual é de Vereda, 69,44%.

Alguns municípios com variação positiva de população acima da média do Brasil tiveram um histórico de adensamento populacional pela sua localização às margens da BR101 com produção de silvicultura, conforme descrito na seção anterior.

Bem-estar

As variáveis utilizadas para compor a dimensão bem-estar apoiam-se na visão de Sen (2010) sobre desenvolvimento como expansão das liberdades humanas. Foram analisados dados sobre a analfabetismo (percentual de pessoas analfabetas com 15 anos ou mais), mortalidade infantil (quantidade de óbitos infantis para cada 1000 nascidos vivos) e acesso a fontes melhoradas de água e esgoto (percentual de domicílios com acesso).

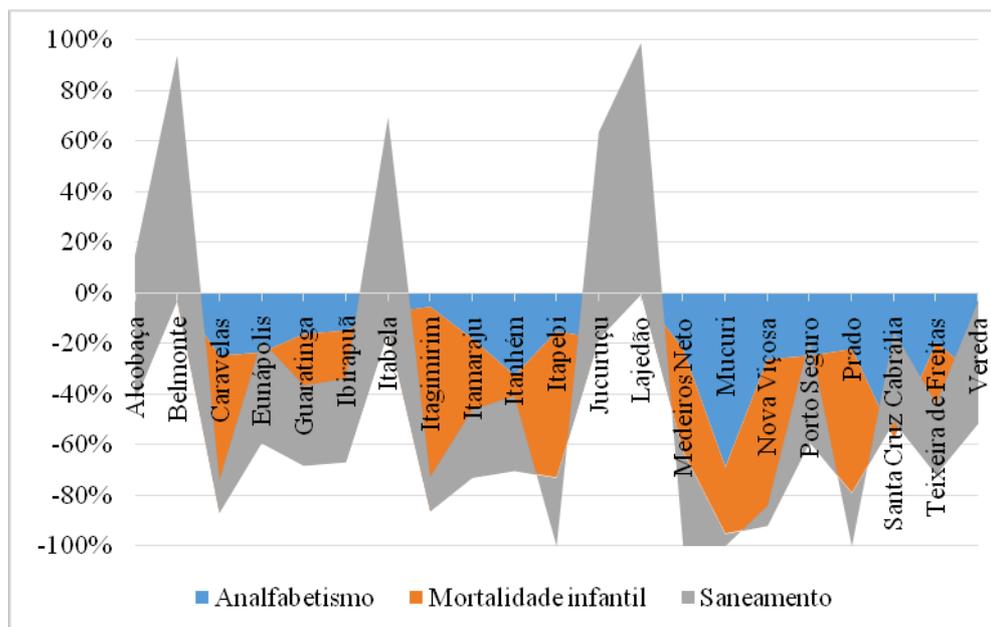
O analfabetismo no Brasil vem diminuindo ao longo da década em cerca de 29%. No território, Lajedão, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabrália e Teixeira de Freitas tiveram variação maior que essa. Numa comparação com o Nordeste, acrescenta-se Eunápolis. Itagimirim teve a menor variação do período (7%).

O Brasil teve queda de 34,39% na quantidade de óbitos infantis entre 2000-2010. O Nordeste superou o país com 40,98% de redução na mortalidade infantil. A grande maioria dos municípios do Extremo Sul da Bahia está acima destes percentuais, com destaque para Ibirapuã, Itagimirim, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, com reduções acima de 80%. Por outro lado, seis municípios apresentam redução abaixo do observado para o Nordeste e houve aumento de 4% na incidência em Santa Cruz Cabrália.

A melhoria nos indicadores não se repete no que diz respeito ao acesso a fontes melhoradas de água e esgoto: houve redução de 4,8% em média no Brasil no período 2000-2010. No território, tendo como referência a média brasileira, há melhoria deste indicador para a maioria dos municípios, com destaque para Belmonte, Itabela e Jucuruçu que superam a taxa de 100%. Opostamente, Itapebi, Medeiros Neto, Mucuri e Prado apresentam taxas negativas superiores ao país.

Embora os municípios do território tenham apresentado desempenho satisfatório em bem-estar, muitas vezes acima da média do Brasil, é preciso considerar que em 2010 o Nordeste e o Norte apresentam os piores índices relacionados à dimensão.

Dimensão bem-estar



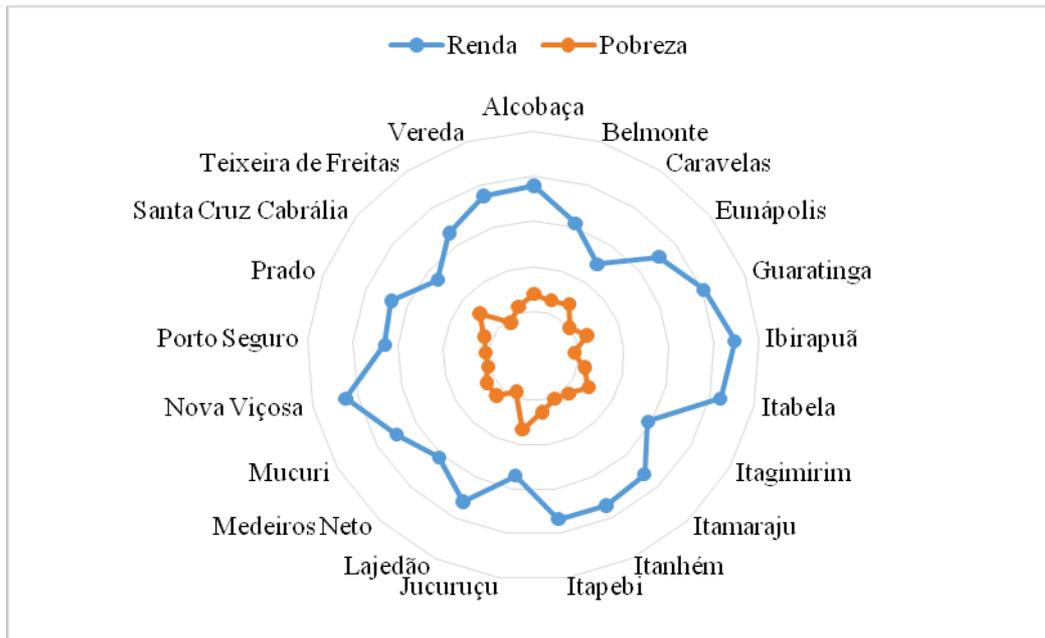
Renda

Para essa dimensão utilizou-se dados de renda domiciliar per capita e percentual de pessoas em situação de pobreza. A quase totalidade dos municípios brasileiros apresenta melhoria no indicador renda per capita, em que houve aumento de 55,12% no período entre 2000-2010 e no Nordeste mais de 70% de aumento. Mesmo com esse percentual, Nordeste e Norte apresentam médias de renda inferiores ao restante do Brasil em 2010. A metade dos municípios do território Extremo Sul da Bahia apresentou variação acima do Nordeste, destacando-se Guaratinga, Ibirapuã, Itabela e Nova Viçosa, com variação acima de 100% de aumento na renda per capita. Caravelas, Jucuruçu e Santa Cruz Cabrália apresentam variações mais baixas, com valores inferiores à média brasileira.

Em consonância ao aumento da renda, a pobreza diminuiu em quase todos os municípios brasileiros, com taxa média de 40% de redução na década analisada. Apesar disso, Norte e Nordeste ainda apresentavam em 2010 as maiores taxas de população pobre do país, respectivamente, 30% e 32%. Pouco mais da metade dos municípios do território apresentam valores superiores à média dos municípios brasileiros. Destacam-se Ibirapuã, Lajedão e Teixeira de Freitas, com variação superior a 55%. Jucuruçu apresenta a variação mais baixa, com redução na pobreza de 17%, abaixo das médias nacional, regional e estadual.

Vale observar que apesar dos bons percentuais apresentados pelos municípios do território, Norte e Nordeste possuem os índices menos satisfatórios na comparação entre as regiões do país em 2010.

Dimensão renda

*Estrutura produtiva*

Para análise da estrutura produtiva são apresentados indicadores relativos à taxa de desemprego e o Produto Interno Bruto (PIB) dos setores da economia – agropecuário, industrial e serviços.

As taxas de desemprego caíram em média 50% no país entre 2000-2010. Neste período, Norte e Nordeste apresentam, respectivamente, 40,88% e 38,61%. As duas regiões apresentam, em 2010, as taxas mais altas de desemprego. No território Ibirapuã, Lajedão e Vereda apresentam variação acima da brasileira, enquanto Guaratinga é o único com aumento de 62% do desemprego.

A variação nos municípios do território é bastante diversificada na produção setorial na composição do PIB total entre 2002-2010, sendo positiva na maioria, excetuando Guaratinga e Lajedão que apresentaram percentuais negativos, respectivamente 7,41% e 9,43%. As maiores variações são Santa Cruz Cabrália (105,67%) e Ibirapuã (102,94%). A diversidade de valores observada no PIB total se repete na análise do PIB agropecuário, bem como os municípios com maior variação positiva e negativa – Santa Cruz Cabrália (401%) e Ibirapuã (80%); Guaratinga (-40%) e Lajedão (-38%). Além destes dois últimos, apresentam taxas de variação negativa do PIB agropecuário Eunápolis, Itapebi e Medeiros Neto.

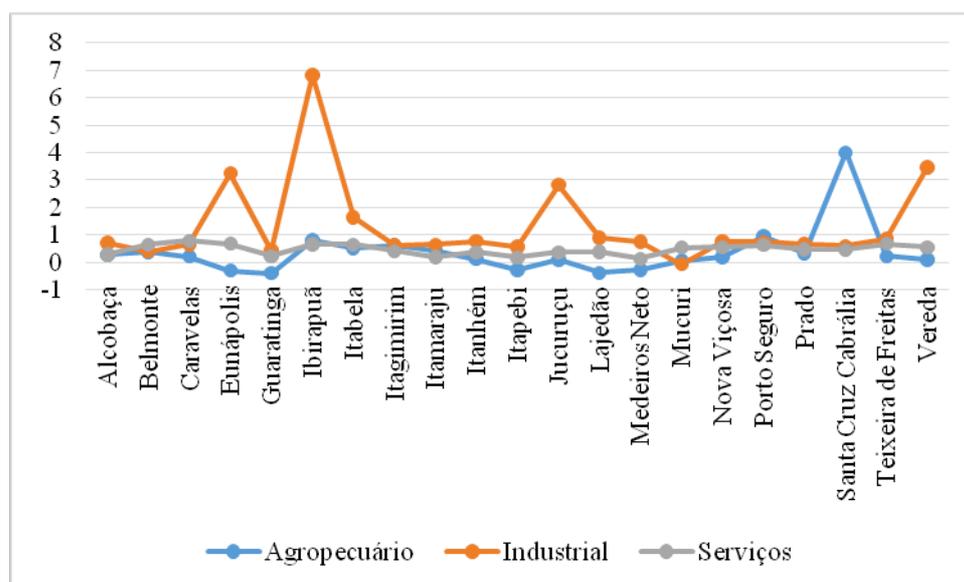
Quanto ao PIB industrial, apenas Mucuri apresenta variação negativa de 7,46% no período analisado, todos os outros municípios têm variação positiva com valores, também,

diversificados. As maiores variações estão em Ibirapuã (683,12%), Vereda (346,19%) e Eunápolis (324,05%).

A maior homogeneidade dos valores está no PIB de serviços, com variação positiva nos municípios no período analisado. As menores variações foram observadas em Medeiros (13,08%) e Itapebi (17,71%), as maiores em Caravelas (78,72%) e Teixeira de Freitas (67,15%).

Ao relacionar os dados apresentados na estrutura produtiva do território observa-se que Ibirapuã e Vereda apresentam queda na taxa de desemprego e as maiores variações no PIB industrial, denotando que este setor foi responsável pelo emprego. Por outro lado, Lajedão – com queda de 60% nas taxas de desemprego no período analisado –, apresenta valores negativos no PIB total, ancorado pelos valores relativos ao setor agropecuário, enquanto nos setores industrial e de serviços a variação é positiva.

Dimensão estrutura produtiva



Estrutura Agrária

Diferentemente das dimensões anteriores, na análise da estrutura agrária são apresentados dados do Censo Agropecuário 2006 somente para os municípios do território Extremo Sul da Bahia.

A área total dos municípios do território é de 3.066.750 ha, com 36,61% de pastagens. Sete cidades dedicam mais de 50% de sua área às pastagens, destacando-se Medeiros Neto, em que esse percentual chega a 81,50%. Opostamente, em Alcoçaba este percentual é de apenas 8,85%. A agricultura ocupa 7,2% da área total do território. As maiores áreas desta

atividade são encontradas em Nova Viçosa (14,52%) e Porto Seguro (12,57%). O menor percentual é de Itagimirim (0,49%). As plantações são responsáveis por 7,85% da área do território. Cinco cidades dedicam mais de 15% à silvicultura, com destaque para Mucuri (32,17%) e Nova Viçosa (22,88%).

Tendo por foco a dimensão territorial do desenvolvimento e como base os dados apresentados, pode-se afirmar que há pouca diversidade econômica e ausência de mercados dinâmicos. Por outro lado, há cidades intermediárias e a formação de coalizões sociais baseadas nos agentes sociais centrados na produção de eucalipto que é motivo de disputas e conflitos locais envolvendo diferentes atores e organizações na discussão do desenvolvimento da região, conforme veremos.

Cenário, conflitos e atores locais

O território Extremo Sul da Bahia detém diferentes atributos naturais, culturais e paisagísticos. O modelo de ocupação do solo predominante na região, como se viu nas seções anteriores, é marcado pela concentração da terra, fator responsável pela geração de diferentes conflitos regionais. Nesse cenário, um conjunto de agentes e organizações constitui-se ao longo do tempo, alguns dos quais encontram-se hoje em disputa pelos recursos disponíveis.

As extensas áreas ocupadas pelo eucalipto são questionadas por populações tradicionais como quilombolas que atualmente se organizam em associações e lutam pelo reconhecimento de suas áreas, em grande parte sob domínio das empresas. Os conflitos pela posse da terra também envolvem os movimentos sociais, sendo o MST o maior grupo hoje em confronto com as empresas. Segundo estimativas há cerca de 5.000 famílias nas fazendas ocupadas e outras 2.000 acampadas às margens das rodovias (Araújo, 2010).

A disputa por recursos também envolve comunidades que demandam áreas para agricultura. Associado a isso, a baixa capacidade de investimentos do poder público na disponibilização de infraestrutura caracteriza o perfil de pobreza, falta de emprego e renda na região. Como reação, organizações locais articulam movimento contrário ao eucalipto, como a rede “Alerta Contra o Deserto Verde”.

O acirramento dos conflitos entre comunidades locais, empresas e organizações, a necessidade de enfrentar problemas ambientais e sociais crônicos, como pobreza e falta de alternativas de emprego e renda, os questionamentos sobre a presença de grandes empreendimentos e da monocultura, entre outros, promoveram o surgimento de arenas de

negociação e busca de soluções. Pactos, acordos e fóruns surgiram no território e serão aqui destacadas duas arenas relevantes para a resolução de conflitos.

Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia

É uma iniciativa local criada a partir do Diálogo Florestal, de âmbito nacional, cujo objetivo é promover interações entre representantes de empresas de base florestal, organizações ambientalistas e movimentos sociais para construir agenda de discussão e acordos sobre temas socioambientais. O Fórum do Extremo Sul foi criado em 2005 voltado às questões locais e ao bioma Mata Atlântica. Atualmente é composto por 3 empresas de celulose, e 21 organizações (associações de moradores, cooperativas de produtores, organizações em defesa do meio ambiente, da cultura, do artesanato, de defesa das mulheres, Ministério Público, órgãos públicos e universidade).

Entidades comunitárias reivindicam o recuo dos plantios de áreas próximas aos locais de moradia, lazer e infraestruturas visando minimizar os impactos do eucalipto, além da paralisação dos plantios nos municípios onde a presença do eucalipto é maior. Por outro lado, entidades ambientais cobram das empresas o cumprimento da legislação e medidas de mitigação de impactos. Entre os temas ambientais discutidos no Fórum destaca-se a conservação dos recursos naturais, a restauração da cobertura vegetal, a conservação de recursos hídricos, a recuperação e gestão ambiental dos recursos naturais.

Nesse âmbito foram estabelecidos oito acordos para encaminhamento de conflitos locais, a saber: fomento florestal, mudança de rota das barcaças, exclusão de silvicultura em áreas de cacau cabruca, afastamento de núcleos urbanos, de infraestruturas comunitárias, do litoral em Mucuri, congelamento de plantios, exclusão de compra, plantio e fomento na Costa do Descobrimento, melhoria de segurança em estradas de terra de acesso ao litoral. Desses, dois estão concluídos e seis estão em andamento. O principal desafio do Fórum é o monitoramento das ações definidas, já que seus membros têm acesso apenas aos documentos disponibilizados pelas empresas.

Acordo MST e empresas

Para enfrentar um conflito histórico da região constituiu-se uma arena no âmbito do Projeto "Assentamentos Agroecológicos na região do Extremo Sul da Bahia" desenvolvido pela ESALQ/USP. O resultado é uma articulação multi-institucional pioneira no país,

envolvendo movimentos sociais de luta pela terra e empresas florestais visando o assentamento de agricultores e projetos de agroecologia.

O primeiro caso, mediado pela ESALQ, envolveu empresa, MST, INCRA e Governo Estadual, para o assentamento de 1200 famílias, acampadas em área da empresa. Os resultados vão além da regularização fundiária e assentamento das famílias, realizando-se um diagnóstico sobre a produção agrícola, gerando subsídios para implantação de projetos agroecológicos e de um centro de formação técnica.

Outros acordos decorreram deste, envolvendo outras empresas na busca de solução para os conflitos fundiários, mas seu desenho final ainda não está fechado: um prevê a cessão de 16.000ha e envolve diferentes instrumentos de desapropriação junto aos órgãos estaduais e federais; outro prevê o assentamento de 750 famílias e encontra-se tramitando no INCRA.

Ambas as arenas são espaços inéditos de negociação entre as partes em conflito. Embora existam grupos ausentes, como quilombolas e indígenas, há potencial para inserir novos agentes. As discussões de temas socioambientais e ações para garantia de direitos como acesso à terra e geração de renda podem promover desenvolvimento com maior bem-estar da população. As arenas criam constrangimentos à ação das empresas e exigem compromissos com as comunidades locais, respeitando seus espaços de moradia e a conservação dos recursos naturais. Assim, embora os resultados sejam ainda pouco mensuráveis, há potencial para fortalecer novas coalizões sociais dentro do território.

Conclusão

Este estudo propôs a análise dos fatores de bloqueio ou superação da desigualdade no território Extremo Sul da Bahia, relativos à possibilidade de coesão social no sentido da passagem a uma sociedade de acesso aberto, nos termos de Douglass North. Por meio da trajetória histórica, de indicadores da última década e da apresentação de duas arenas de negociação em atuação foi possível verificar, à luz das cinco dimensões do desenvolvimento territorial propostos pelo Rimisp, alguns desses fatores.

O trabalho mostra que o território apresenta estrutura produtiva pouco diversificada, com expansão dos serviços em torno de silvicultura e turismo, mercados dinamizados pela silvicultura – internamente com a multiplicação de empresas prestadoras de serviços e externamente pela exportação de celulose – ou o turismo, estrutura fundiária concentrada, com gado e silvicultura. As principais coalizões ocorrem historicamente entre as empresas de celulose e o estado, tendo sido possível a instalação das florestas plantadas e indústrias. As

arenas regionais de negociação em torno de temas que envolvem a presença do eucalipto e o uso dos recursos naturais englobam agentes sociais e já demonstram alguns resultados palpáveis, porém ainda encontram dificuldade para estabelecer sistemas de monitoramentos e avaliação dos acordos e resultados, além de deixar de fora os agentes que ainda não construíram *capabilities* suficientes para defenderem seus objetivos.

A chegada do eucalipto e das indústrias de celulose contribuiu para que o território avançasse com relação às cinco dimensões de análise do Rimisp, porém com viés extremamente concentrador, dificultando configurações que ajudem o desenvolvimento territorial, já que isso implica a diversificação produtiva, a desconcentração do uso dos recursos disponíveis, a dinamização de mercados e a construção de *capabilities*. Foi dada ênfase à criação de arenas de negociação de conflitos que envolvem o eucalipto como um elemento territorial relevante, mas ainda não é possível afirmar que elas chegarão a transformar as coalizões no sentido de contribuir para o avanço na direção da coesão social e de uma configuração de acesso aberto.

Bibliografia

ALMEIDA, T. M. 2009. Cultivo de eucalipto no extremo sul da Bahia: modificações no uso da terra e socioeconômicas. Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA.

AMORIN, R.R.; OLIVEIRA, R.C. 2007. Degradação ambiental e novas territorialidades no extremo sul da Bahia. *Caminhos de Geografia Uberlândia*, n.22, v. 8, set/2007 p. 18 – 37.

BERDEGUÉ, Julio A. 2012. Dinámicas Territoriales Rurales en América Latina. Serie Claves para el Desarrollo Territorial. Rimisp-Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Santiago, Chile.

_____. 2010. Uso e ocupação das mesoformas da região costa do descobrimento (Bahia-Brasil). VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra.

CARVALHO, K.H.A.; SILVA, M.L.; SOARES, N.S. 2012. Efeito da área e da produtividade na produção de celulose no Brasil. *Revista Árvore*, v.36, n.6, p.1119-1128.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006.

CERQUEIRA NETO, S. P.G. 2010. Da deriva continental à deriva político-administrativa: o caso do Extremo Sul da Bahia. *Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – Available: www.revistapindorama.ifba.edu.br (Accessed: 02/11/2014)

- _____. 2012. Três décadas de eucalipto no extremo sul da Bahia. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, N°31, pp. 55 – 68.
- IBGE 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos municípios brasileiros. _____ 2000.
- KAGEYAMA, P. et al s/d. Diagnóstico socioambiental do pré assentamento unidos venceremos - Fazenda Santa Maria: construindo bases para a transição agroecológica.
- NORTH, D. 2009. Violence and social order. Cambridge: Cambridge University Press.
- OBERLING, D.F. s/d. Estudo 59: Papel e Celulose. Available: <http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/pis/Estudo%2059.pdf> (Accessed: 02/11/2014)
- OCDE 2013. Relatório Territorial da OCDE: Brasil 2013, OECD Publishing. Available: <HTTP://dx.doi.org/10.1787/9789264189058-pt> (Accessed: 02/11/2014)
- OLIVEIRA, G.G. et al. 2007. Reconfiguração da estrutura fundiária no extremo sul da Bahia após intensificação da atividade silvícola. Salvador, BA, paper apresentado no XLV CONGRESSO DA SOBER "Conhecimentos para Agricultura do Futuro".
- PEDREIRA, M.S. 2008. O complexo florestal e o extremo sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. Tese de doutorado Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- SEN, A. 2010. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo, Companhia das Letras.
- TAVARES, L.H.D. 2008. História da Bahia. Salvador, EDUFBA.